

Discurso de despedida do Conselheiro Fernando Correia da Presidência do Tribunal de Contas

Minhas senhoras, meus senhores

Há um ano assumi, pela segunda vez, o honroso cargo de Presidente desta Corte de Contas. Não preciso mencionar a alegria que senti naquela ocasião. Além de óbvia, muitos que hoje estão aqui testemunharam minha emoção naquele ato.

Considero oportuno recordar, porém, que em meu discurso de posse, além de agradecer àqueles que confiavam a mim tão alta investidura, senti a necessidade de destacar as pesadas preocupações com o nosso País na quadra adversa que estávamos vivendo.

Destacava naquela oportunidade a grave situação do povo brasileiro, conduzido por uma política econômica que submete os seus mais elevados interesses aos desígnios do sistema financeiro internacional.

Pois, minhas senhoras, meus senhores, passados estes 12 meses, é doloroso ter que registrar que não apenas persistem as razões para todas aquelas nossas apreensões, como também não é difícil afirmar, sem medo de errar, que de lá para cá alguns dos nossos mais graves problemas até se agravaram, e que umas tantas das nossas mais reconhecidas potencialidades foram ou estão sendo diminuídas.

Retomo as palavras do economista e professor Luciano Coutinho, segundo as quais o Brasil e outros países em seu estágio de desenvolvimento passam por grave regressão. “Nós saímos – disse ele – da categoria de países em desenvolvimento, da condição de nação independente, e passamos a ser classificados como mercados emergentes”.

Eis um fato sobre o qual precisamos refletir com profundidade. Na ordem econômica globalmente imposta, à qual o Governo Brasileiro tão denodadamente empenha-se, em nos inserir e adaptar, não existem nações e sim mercados. Não existem cidadãos e sim consumidores. Eventualmente, até, produtores, ou indivíduos integrados à estrutura produtiva, mas nunca cidadãos, seres humanos conscientes dos seus direitos e deveres, homens e mulheres dispostos a agir racionalmente e interferir para que o estar no mundo seja a construção de uma convivência fraterna, onde todos possam valer pelo que são e não pelo que têm.

Onde ter não seja a razão de ser. Onde verbos mais usados sejam repartir e compartilhar.

Reduzir o homem a suas relações econômicas é crime de lesa humanidade. E, aqui, abro parênteses para citar o Primeiro-Ministro francês, Leonel Jospin que, em artigo publicado nos principais jornais da Europa, em novembro último, afirmou: “Recusamos a sociedade de mercado, pois, se o mercado produz riquezas, não produz solidariedade, nem valores, nem projeto. Porque a sociedade não se resume à troca de mercadorias, o mercado não pode ser único animador”.

Atentem, meus amigos, para o sentido profundo desta frase, sobretudo para este alerta feito por personalidade tão importante na cena política contemporânea, como é o sr. Leonel Jospin. A sociedade – nos diz ele – não pode ter o mercado como seu único “animador”. Disse isso escolhendo as palavras com enorme sabedoria. “Animador”, como se pode ver no Aurélio, é palavra originária do vocábulo latino “anima”, do qual derivou a palavra portuguesa “alma”. Em outras palavras: não devemos permitir que transformem a alma das sociedades na ambição pela acumulação, a selvageria da busca do lucro a qualquer preço.

Não podemos permitir que a complexidade da vida seja reduzida a um dos seus aspectos. A dimensão econômica – a forma como a sociedade organiza a produção e a distribuição de mercadorias – é importante, mas não passa de parcela do amálgama que compõe a existência humana sobre a terra. Minha geração aprendeu em casa, e esse aprendizado foi reforçado nos bancos escolares, que antes de ser uma economia (agrícola ou rural) o Brasil é uma nação. E esta consciência de nação foi construída numa longa trajetória, iniciada já no primeiro século depois do descobrimento, quando movimentos nativistas eclodiram em várias partes do País, mais intensamente aqui em Pernambuco.

É imensa a lista dos heróis da nação brasileira. Homens que lutaram a vida inteira, vários levados a martírios terríveis, determinados a fazer deste território continental e desta gente uma nação soberana. Reduzir tudo isso à condição moderna de “merca-

do emergente” é um desrespeito à memória de nossos heróis e uma agressão ao passado de lutas de nosso povo.

E é precisamente isso que tem sido feito, minhas senhoras, meus senhores. A política econômica em curso, a pretexto de levar o Brasil ao primeiro mundo, como prometia Fernando Collor, o Presidente que inaugurou a onda neoliberal no Brasil, desemprega a nossa força de trabalho, desmonta as agências do Estado encarregadas de minimizar as desigualdades regionais e sociais, desnacionaliza nossa economia, dilapida o patrimônio público em privatizações questionáveis, enfim, enfraquece a nação e favorece interesses alheios aos do nosso povo.

Quem diz isso nem é mais a Oposição ao atual governo. Atente-se, por exemplo, para o Relatório e Parecer Prévio sobre as Contas do Governo da República, relativo ao ano de 1998, da lavra do Ministro-Relator Bento José Bugarin, do Tribunal de Contas da União, que afiança com todas as letras:

“O combate à inflação apoiou-se basicamente na sobrevalorização cambial e na prática de elevadas taxas de juros, o que provocou a recessão atualmente em curso, sendo o desemprego uma das suas principais conseqüências”. E vai além o ministro da nossa maior Corte de Contas ao examinar o estado geral das finanças públicas brasileiras:

“O país passou a apresentar déficits comerciais sucessivos: de superavitária em 1994, em 10,5 bilhões de dólares, a balança comercial, tornou-se deficitária em 1995, 1996, 1997 e 1998, em 3, 4, 5, 6, 8, 4 e 6, 4 bilhões de dólares, respectivamente”.

Em relação ao comportamento do Produto Interno Bruto, afirma o ministro Bento Bugarin em seu parecer que *“o produto interno bruto apresentou taxas de crescimento declinantes: o PIB real cresceu 4,2% em 1995, 2,8% em 1996, 3,7% em 1997 e 0,15% em 1998”.*

Deplora, ainda, a política de juros altos, citando:

“As taxas de juros reais mantiveram-se em patamares elevadíssimos: os juros básicos – over/Selic -, por exemplo, sempre estiveram acima de 20% ao ano em 1997 e 1998, percentuais estes bem superiores às taxas de inflação”.

No que se refere ao comportamento da dívida pública, o Parecer sobre as contas da União exprime um vaticínio contundente. Atentem para o que é dito: .

“A dívida pública mobiliária federal em poder do mercado saltou de 61 bilhões de reais em junho de

1994 para 323,9 bilhões de reais em dezembro de 1998, o que representa um acréscimo da ordem de 430%”.

Por fim, para encerrar esta já longa embora informativa citação, chamo a atenção dos senhores para outra conseqüência perversa desta política, expressa em documento de credibilidade tão eloqüente:

“O aumento do desemprego em 1998, de 7,6%, é o maior desde 1984. Este índice representa também salto expressivo em relação à média verificada em 1997, que foi de 5,66%”.

Como se não bastasse condenação tão veemente da política econômica em vigor no País, por ter sido feito por uma instância técnica como o TCU, começam a se avolumar questionamentos oriundos inclusive dos organismos internacionais que, ao fim e ao cabo, são exatamente os gendarmes internacionais encarregados de obrigar os países a adotar medidas como as que tantos males nos têm causado.

Estudos realizados por técnicos a serviço do Banco Internamericano de Desenvolvimento – BID, confirmados pelo Banco Mundial – BIRD, demonstram que a concentração de renda no Brasil passou a ser a segunda pior do mundo, sendo superada apenas pela República Africana de Serra Leoa. No Brasil, os 10% mais ricos controlam 50% da renda nacional, cabendo 10% aos 50% mais pobres.

Minhas senhoras, meus senhores

Este quadro nacional, resultante de medidas adotadas pelo Governo da União, através de leis aprovadas por sua maioria congressual e, principalmente, através de medidas provisórias, além da soma de males que acabei de relatar tem ainda produzido outros efeitos devastadores para os Estados e os Municípios, partícipes, tanto quanto a União, do Governo da Nação.

Sabem os senhores quanto o princípio federativo tem sido insistentemente violentado nos últimos anos. Ignora-se – ou finge-se ignorar – que a autonomia de Estados e Municípios é uma emanação constitucional e faz parte da cultura política brasileira. A autoridade dos seus gestores é conferida pelo voto popular, nada sobre ela pode se sobrepor, uma vez que não há hierarquia entre as esferas da administração, são, todas elas, independentes e harmônicas. E tudo isso está fundamentado em cláusula pétreia da nossa Carta Magna.

Apesar disso, insiste o Governo da União em reduzir seu papel de agentes políticos, limitando sua ação e deles exigindo apenas que se empenhem na constru-

ção do equilíbrio das contas públicas federais, arcando com o ônus por déficits pelos quais não são responsáveis.

Observe-se, por exemplo, o caso do Estado de Pernambuco que, no período de 1995 a 1998, teve uma perda de recursos para a União no montante de 458,8 milhões de reais, decorrentes dos efeitos do Fundo de Estabilização Fiscal – FEF, da aplicação da Lei Kandir e do Fundef.

São cifras impressionantes, considerando as necessidades da população de um Estado como Pernambuco, que em vez de receber, acaba repassando recursos para que a União aplique segundo suas conveniências. O que significa dizer que além dos sacrifícios a que são obrigados a encarar pela simples razão de serem brasileiros, têm os pernambucanos alguns adicionais, próprios de um Estado que continua a ter a União federal como madrastra.

É nesse grave contexto nacional e regional que transmito o cargo de Presidente ao eminente Conselheiro Adalberto Farias Cabral.

Apesar das inúmeras dificuldades decorrentes deste quadro adverso, graças à compreensão e à efetiva colaboração dos colegas Conselheiros, da Procuradoria-Geral, da Auditoria Geral, de todos que integraram a minha equipe e de todo o corpo técnico e administrativo deste Tribunal, conseguimos avançar.

Atrevo-me, até, a relacionar aqui algumas ações que julgo de relevância, não a título de balanço, mas como registro do que foi possível fazer.

Chamo a atenção particularmente para um conjunto de ações realizadas no âmbito da informática, visando, por um lado, racionalizar o trabalho do corpo funcional e dos Conselheiros e, por outro e principalmente, possibilitar o acesso da população às contas das diversas instituições da administração pública estadual. Entre estas, registro:

- instalação de novos equipamentos servidores de alta disponibilidade;
- disponibilização da rede de informática 24 horas por dia, nos sete dias da semana;
- elaboração do projeto de cabeamento estruturado para permitir a expansão do quantitativo de equipamentos interligados à rede TCE;
- consolidação, em conjunto com a Coordenadoria de Controle Externo - CCE, do projeto de Auditoria Informatizada de pessoal que vem proporcionando mais abrangência e agilidade às fiscalizações na principal área de gastos da administração pública;

– celebração de convênio com o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo para utilização em nosso Estado do programa de banco de dados que permitirá acesso via Internet aos dados econômicos e financeiros dos municípios pernambucanos;

– disponibilização da nova página do TCE na Internet, fundamentalmente voltada à prestação de informações ao cidadão e à sociedade organizada;

– disponibilização do sistema de legislação estadual.

Trabalhamos, ainda, na perspectiva de garantir maior eficácia ao princípio da economicidade e à crescente profissionalização da atuação de nosso corpo de auditores, com a construção inicial do nosso banco de preços públicos, que possibilita um estudo comparativo relativo ao valor da aquisição de bens e serviços públicos, permitindo, quando inteiramente instalado, o pleno controle da adequação do preço de aquisição dos bens e serviços pela Administração Pública, com o cobrado pelo mercado.

No campo da administração dos recursos humanos, possibilitamos aos nossos servidores a participação em seminários, cursos, congressos, criando oportunidade, inclusive, para que pudessem ser feitos mestrados e doutorados no exterior. A elaboração da cartilha “Manual do Servidor”, com todas as informações necessárias sobre os direitos e deveres do nosso quadro de pessoal, e a criação da nova carteira funcional, foram iniciativas que também julgamos dignas de menção. Ademais, foi implementado o Programa Tribunal Solidário, que tem como objetivo maior o engajamento conjunto no apoio e na colaboração à população carente além de ajudar na integração do TCE com a sociedade.

Concluímos a construção das novas instalações das Inspetorias Regionais de Controle Externo de Surubim e de Bezerros, iniciadas pelos meus antecessores, Conselheiros Ruy Lins de Albuquerque e Severino Otávio Raposo.

Tivemos oportunidade ainda de lançar os números 1 e 2 dos cadernos da série Orientação Preventiva, voltada para a orientação dos poderes públicos em seus diversos níveis, além do jornal mensal informativo “TCE HOJE”, com relato periódico das atividades da Casa.

Mencionemos, ainda, alguns números sobre a atuação do TCE nestes 12 meses: foram emitidos 168 pareceres prévios sobre contas de prefeituras, 145 julgamentos de contas de câmaras municipais, 1.575

decisões e 3.447 acórdãos.

Temos a convicção do bom trabalho que será realizado pelo Conselheiro Adalberto Farias Cabral, de competência comprovada em sua longa carreira de homem público, que entre outras funções relevantes, já administrou esta Corte de Contas. Igualmente competência e experiência não faltam aos Conselheiros Roldão Joaquim dos Santos, Severino Otávio Raposo e Romeu da Fonte que ocuparão, respectivamente, a Vice-Presidência, a Corregedoria Geral e a Direção da Escola de Contas Públicas Professor Barreto Guimarães.

Agradeço a todos os que fazem o Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e que em nenhum momento faltaram à presidência desta Casa, com destaque para a compreensão e solidariedade dos meus pares, sempre presentes para ajudar nesta árdua tarefa.

A alguns poderei parecer pessimista tanto pelo que disse nesta fala de conclusão de mandato, quanto no

discurso que pronunciei na solenidade de posse, há doze meses. E que levo, ao pé da letra, o que nos ensinou o grande pensador italiano Antônio Gramsci.

Para ele, é preciso viver sob o domínio do pessimismo da razão e do otimismo da vontade. Lição que se torna ainda mais significativa quando recordamos que Gramsci viveu grande parte dos seus 46 anos de vida na prisão e, nestas condições, construiu uma obra admirável.

Se a exposição das nossas chagas sociais traça um retrato pessimista do Brasil, o reconhecimento da capacidade de luta e da criatividade do nosso povo, sua disposição para construir uma nação solidária, nos deixa otimistas com relação ao futuro.

*(Discurso pronunciado pelo Conselheiro **Fernando José de Melo Correia** por ocasião da transmissão do cargo de Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, em 3 de janeiro de 2000)*